





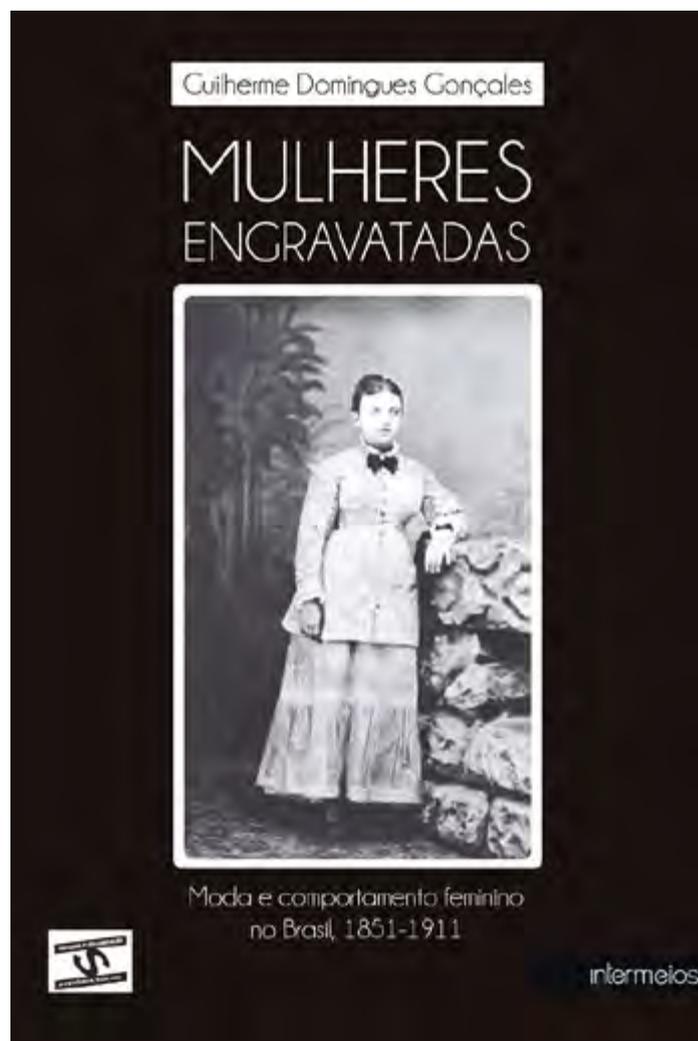
## Mulheres e o uso de roupas socialmente masculinas: relações intrínsecas

*Women and the use of socially male clothing: intrinsic relations*

Laura Junqueira de Mello Reis<sup>1</sup>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2110-3987>.

Resenha de: GONÇALES, Guilherme Domingues. Mulheres Engravatadas: moda e comportamento feminino no Brasil, 1851 – 1911. São Paulo: Intermeios, 2020.



<sup>1</sup> Doutoranda em História Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: [laura-junqueiramreis@gmail.com](mailto:laura-junqueiramreis@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5883661754436806>. Bolsista Capes.

O livro aqui resenhado é fruto da dissertação em História, defendida em 2019, na Universidade de São Paulo (USP), por Guilherme Domingues Gonçalves. O autor dedicou-se, ao longo de sua pesquisa, a compreender o uso de roupas socialmente masculinas, como gravatas, calças e paletós, pelas mulheres oitocentistas e do começo do século XX, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Seu recorte temporal foi justificado a partir do encontro do objeto de estudos nas fontes pesquisadas. De acordo com Gonçalves, entre 1851 e 1911, houve uma grande divulgação dos chamados “trajes alternativos” na imprensa.<sup>2</sup> Não à toa, aliás, os jornais são a sua principal fonte de pesquisa. Além dos periódicos, o autor também analisa as fotografias do período, principalmente aquelas feitas por Militão Augusto de Azevedo e que se encontram presentes no Museu Paulista.

Para a estruturação dessa resenha, optamos por uma divisão que segue aquela colocada pelo autor, ou seja, abordaremos separadamente cada capítulo da obra, incluindo a introdução. Pontuamos, assim, que Gonçalves separou seu livro em três capítulos: “O corpinho: a indumentária masculina no guarda-roupa feminino” é o primeiro deles, seguido por “A mulher e suas pernas, uma questão social?”, e, por fim, “As mulheres e suas roupas”.

Além disso, o autor organizou o texto conforme as regiões do corpo feminino. Na primeira parte, preocupou-se com itens da indumentária que estavam presentes no *corpinho* da mulher<sup>3</sup>, ou seja, no tronco feminino: coletes, paletós e gravatas. No capítulo dois, sua análise voltou-se para as pernas, compreendendo então o uso de calça pelo público feminino. Por último, Gonçalves investigou as mulheres dos anos finais do século XIX e início do século seguinte que ousaram utilizar algumas dessas peças.

O recorte teórico do autor corresponde, resumidamente, a textos referentes ao conceito de cultura material. Autores como sua própria orientadora de mestrado, Vânia Carneiro de Carvalho, entre outros, são de suma importância em sua obra. Além da cultura material, seu texto também se embasa em teorias que entendem gênero e sua relação com a imprensa, utilizando teorias como as cunhadas por Dulcília Buitoni. Ademais, a noção de história da moda encontra-se igualmente presente em seu trabalho, em especial nas alusões aos textos de Diana Crane e Gilda de Melo e Souza.

A análise do autor tem como foco principal o entendimento do vestuário como um objeto partícipe de sua sociabilidade. Isso significa que, partindo de uma perspectiva da cultura material, são abordados não apenas os artefatos, mas a agência destes. Desse modo, Gonçalves encara a roupa e a moda como materialidades que impactam diretamente na sociabilidade.

<sup>2</sup>Gonçalves utiliza, ao longo de todo seu texto, a expressão cunhada por Diana Crane para referir-se a esses trajes ditos masculinos, mas que eram utilizados pelas mulheres. CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. Trad. Cristiana Coimbra. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

<sup>3</sup>Importante frisar que os jornais do século XIX utilizavam a expressão “corpinho” para referir-se à parte superior do corpo feminino, já que viam os corpos das mulheres como inferiores aos dos homens, excluindo de seus corpos as pernas. Seria então o “corpinho” todo o corpo feminino. Gonçalves faz referência a Anne Hollander para compreender esse ponto. HOLLANDER, Anne. *O sexo e as roupas – a revolução do traje moderno*. Trad. Alexandre Tort. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

Na introdução, o autor preocupa-se em contextualizar o período estudado a partir da ótica das conquistas das mulheres. Para isso, ressalta a importância que os periódicos tinham ao proporcionar voz às figuras femininas. Gonçalves não se esquece de delimitar ainda um ponto que, a nosso ver, é fundamental: quais as mulheres ele estava analisando. Nessa perspectiva, o recorte de gênero, classe e raça fica muito evidente, visto que se tratavam de mulheres brancas de elite e de camadas medianas da sociedade.

Ainda nessa parte de sua obra, Gonçalves explora as diversas mudanças sociais que estavam ocorrendo na época e, junto a elas, a ideia de modernidade que se instaurava no Brasil. Posteriormente, o autor introduz a relação entre ambas, a partir da qual passa a destacar, mais precisamente, o universo da moda. É aí então que ele caracteriza a moda como uma forma de afirmação social dentre uma “sociabilidade moderna” (p. 18).

Nesse ínterim, ele faz um paralelo entre os trajes de homens e as mulheres para buscar compreender as razões que as levaram ao uso da indumentária masculina.<sup>4</sup> Esta, afinal, permitia uma mobilidade física que não era oferecida às mulheres, visto que as roupas tipicamente femininas eram, em sua maioria, atreladas às questões de beleza e modéstia. Ademais, vestidos pesados, repletos de artefatos caracterizadores de sensualidade, como os espartilhos, estavam no cerne da beleza e de papéis limitadores do ser feminino.

Entendendo o gênero como uma construção social e histórica, o autor faz uma crítica, bem embasada, sobre os papéis sociais e o que seria considerado feminino ou masculino. Assim, a ideia de feminilidade estaria atrelada às mulheres brancas de elite ou classes medianas, conforme mencionado anteriormente. Foi, portanto, contrariando esse ideal de feminilidade branca e burguesa que o autor encontrou os trajes masculinos destinados às mulheres nas folhas dos jornais oitocentistas.

No primeiro capítulo, o autor se propõe então a falar especificamente do que ele chamou de indumentárias masculinas presentes no guarda-roupa feminino – entretanto, apenas aquelas referentes ao *corpinho* das mulheres, ou seja, os paletós, coletes e gravatas. Neste momento, Gonçalves aborda os chamados “trajes de emancipação”, que foram encontrados inicialmente em 1851, no periódico *O Álbum das Senhoras*, mas somente no ano seguinte adquiriram esse teor emancipatório atrelado ao jornal. Este, afinal, foi responsável por publicar o traje, incluindo a distribuição de seus figurinos, em 1852.

De acordo com o que foi discutido no *Jornal das Senhoras*, o traje, ainda que fosse uma indumentária masculina utilizada por mulheres, deveria estar acompanhado de alguma peça que explicitasse a feminilidade daquelas que ousassem utilizar a peça. Não à toa, Gonçalves destaca que seu uso poderia estar relacionado, além de tudo, a algo erotizado, favorecendo então os olhares masculinos. Ainda assim, o autor não descarta o caráter emancipatório de tal traje, atrelando-o a novos comportamentos e posturas.

Esse teor emancipatório compartilhado pelo *Jornal das Senhoras* vai, aos poucos, desaparecendo. No entanto, os coletes e paletós continuam presentes na indumentária voltada

4 No que concerne à ideia de uma indumentária masculina é preciso problematizarmos o fato de que essa ideia de masculino e feminino é construída também dentro do universo da moda e que essas são concepções que contêm um elevado teor social. Dito isso, é fundamental frisarmos que a indumentária referida como masculina era assim colocada socialmente.

às mulheres. A título de exemplo, o autor cita a presença desses itens nos trajes de montaria. Além disso, destaca que, ao longo das décadas seguintes, eles passam a figurar como sinônimo de elegância feminina, de acordo com os comentários apresentados no *Jornal das Famílias*. Por fim, a partir desse jornal, o autor atesta o uso de paletós pelas mulheres nas igrejas e ressalta, de acordo com as ideias propostas, que o traje em questão não afrontava a religião.

Posteriormente, Gonçalves preocupa-se em refletir sobre outro item do “guarda-roupa masculino” que foi adotado pelas mulheres: a gravata. Com o passar dos anos e as consequentes mudanças sociais que favoreciam as mulheres nos espaços públicos, não é de se espantar que houvesse uma mudança nos trajes *femininos*: e é isso que o autor busca demonstrar em sua análise. De acordo com ele, recuperando a ideia proposta por Crane, a gravata representava a expressão da independência feminina.

É inegável que os trajes mencionados receberam centenas de críticas na imprensa, contudo, tais críticas não se sobressaíam à ideia de elegância que eles foram adquirindo no decorrer das décadas finais do século XIX. Ademais, em todo seu trabalho, o autor busca evidenciar que o uso de roupas masculinas por mulheres não era atrelado apenas a um caráter emancipatório, conforme destacado pelo *Jornal das Senhoras*. Na realidade, ele era alusivo, acima de tudo, ao conforto e à diminuição das restrições na vestimenta. Logo, esse uso também se relacionava à prática de esportes.

No capítulo seguinte, Gonçalves preocupa-se em ressaltar o uso de calça por mulheres. Essa peça, segundo ele, estava muito presente na prática de esportes, principalmente quando a atividade de andar de bicicleta passou a ser mais corrente na sociedade brasileira. O autor, utilizando, nesse capítulo, principalmente a teoria de Anne Hollander, destaca que as pernas femininas eram um tabu no Oitocentos e, por isso, “nada mais justo que as mulheres reivindicassem o uso de calça ao quererem mais autonomia e almejem uma emancipação” (p. 107).

As calças já eram utilizadas em algumas situações, conforme destaca Gonçalves: por crianças, atrizes de teatro, como roupas de baixo, como fantasia e também havia as calças turcas. Contudo, entre as mulheres oitocentistas, seu uso, principalmente em público, ainda era um tabu. Em meados do século XIX, começou então um movimento nos Estados Unidos e na Europa pelo uso de calças, como uma peça mais confortável e que possibilitava uma movimentação mais fácil, sendo reivindicada, inclusive, para a prática de exercício físico. De acordo com Gonçalves, as mulheres que defendiam o uso dessas roupas não queriam promover disputas de gênero, e sim defender seus direitos de ter maior mobilidade e autonomia, o que acarretaria em maior liberdade social. Assim, para o autor, o uso de calças não foi uma causa, mas uma consequência da busca por roupas mais confortáveis.

Um dos movimentos mais conhecidos sobre esse assunto e que desembarcou em terras brasileiras foi aquele sobre o uso das calças Bloomer<sup>5</sup>. Gonçalves identificou, nos periódicos, não apenas este, mas também uma discussão em torno das calças turcas. As calças

<sup>5</sup> As calças Bloomer eram uma espécie de calças que eram utilizadas por baixo dos vestidos; seu nome se popularizou como Bloomer pois Amélia Bloomer, escritora do periódico *The Lilly*, disseminou essa indumentária em seu jornal.

eram frequentemente associadas às mulheres que não concordavam com seus papéis tradicionais: destacava-se a presença de publicações, nas folhas do período, que faziam essa relação entre as calças e as reivindicações femininas.

Contudo, o foco deste capítulo é, sem dúvidas, o delineamento do uso de calças a partir das práticas esportivas. Isso porque, no final do século XIX, junto à equitação, a prática de pedalar uma bicicleta, e a necessidade de uma roupa bifurcada para a realização desse exercício físico, começou a ganhar espaço na sociedade brasileira. Com as reivindicações femininas e as modificações urbanísticas no Rio de Janeiro e em São Paulo, as mulheres brancas passaram a ocupar mais o espaço público e conquistaram, então, novos territórios. Essas mudanças geraram uma modificação no guarda-roupa feminino.

Focando no banho de mar, o autor ressalta ainda a diferença na indumentária que era autorizada às mulheres para a realização dessa prática e a permissibilidade que envolvia os trajes masculinos. Isso pode ser percebido, de acordo com Gonçalves, em algumas imagens reproduzidas pelos jornais: nelas, vemos como as roupas de banho de mar masculinas deixavam muitas partes do corpo à mostra.

Recuperando a prática mencionada anteriormente, como o autor constrói toda análise sob a égide da noção de cultura material, ao perceber essa nova sociabilidade, Gonçalves oferece um destaque especial a um objeto fundamental naquele contexto: a bicicleta. Por isso, ele não deixa de notar que a bicicleta era um “objeto generificado”, ou seja, devido aos seus artefatos materiais, era um objeto voltado para os homens. Posto isso, observando o traje de ciclistas a partir da imprensa e das fotografias, o autor destaca que as calças para a prática esportiva não foram sempre bem recebidas, tendo encontrado críticas à sua utilização no periódico *A Estação*.

Em seguida, o pesquisador debruça-se sobre as famosas *jupe-culotte*, também conhecidas como saias calção. De origem francesa, elas chegaram ao Brasil no começo do século XX e, ao passo que foram muito utilizadas, também foram, por consequência, criticadas. Neste aspecto, Gonçalves oferece ao objeto, que, neste caso, eram as calças, todo o poder que ele poderia possuir. Afinal, já que “as peças de roupa, enquanto artefatos, serviram como uma tecnologia de produção e estabilização das noções de masculino e feminino” (p. 144), a calça utilizada por mulheres vinha para desestabilizar essa noção. O uso das *jupe-culotte*, assim como dos outros trajes mencionados anteriormente, não foram sempre bem recebidos, sofrendo diversas críticas.

No terceiro capítulo, Guilherme Gonçalves procura analisar as mulheres que utilizaram alguns dos trajes expostos ao longo dos dois capítulos anteriores. Assim, é possível, para o autor, compreender quem eram as mulheres, ou ao menos parte delas, que se interessavam pelas peças mencionadas. A título de exemplo, ele menciona Josefina Durocher, uma parteira francesa radicada no Brasil, que assumiu o uso de roupas masculinas, afirmando que eram mais confortáveis para trabalhar. Além disso, para ela, tratava-se de uma forma de conseguir integrar-se ao meio médico, que era extremamente masculino.

Myrthes Campos foi outra dessas mulheres, sendo a primeira advogada brasileira a exercer a profissão. Myrthes, em sua primeira atuação no tribunal, apareceu com roupas masculinas. De acordo com Gonçalves, a lógica da advogada estava diretamente associada à busca pela aceitação de seus colegas de profissão, o que Gonçalves coloca como sendo uma estratégia de sua parte em busca de “manter sua compostura em um ambiente hostil a sua presença” (p. 160).

A terceira mulher mencionada por Gonçalves, e certamente a mais conhecida dentre elas, é a Princesa Isabel. Para o autor, como forma de se legitimar, Isabel adotou elementos masculinos em seus trajes, a exemplo do uso de gravatas e paletós. E o autor, para confirmar isso, valeu-se do uso de diversas fotografias da princesa, desde a década de 1860 até 1890.

Em seguida, é citada Jovita, mulher cearense que se vestiu de homem para lutar na Guerra do Paraguai. Gonçalves comenta que, ainda que se esperasse patriotismo das “senhoras de respeito”, a ação de Jovita não foi vista com bons olhos. Ela, inclusive, foi comparada com Mara Quitéria de Jesus, mulher que também se disfarçou de homem para integrar o Exército. Por fim, o autor lembra Mme. Lespinasse, francesa, modista na Casa Raunier, que foi flagrada utilizando *jupe-culotte*. Foi ela a responsável por trazer a moda ao Brasil e seu uso causou grande furor na capital. Segundo as pesquisas do autor, o entusiasmo causado pela Mme. francesa teria sido apenas uma grande estratégia de venda.

Corroborando com Crane, Gonçalves afirma que o uso de tais trajes não tinha uma intenção de rebeldia, mas acabava provocando conflitos. A partir dessas ideias, ele apresenta novamente os múltiplos significados dos artefatos e como eles são fundamentais para entendermos tais peças dentro do contexto brasileiro. Nesse sentido, os artefatos teriam caráter conciliador e revolucionário, sendo por meio das roupas que as mulheres brancas de elite e da camada mediana conseguiam se impor.

Finalizando, Guilherme Gonçalves pontua que as roupas teriam influenciado e agido sobre os ideais reivindicatórios das mulheres, seguindo o fluxo da modernidade. Contudo, seu uso teria sido desencadeado muito mais pelo conforto e mobilidade que traziam do que por serem peças revolucionárias. Para comprovar sua corroboração, o autor lembra que peças como paletós, gravatas e coletes foram utilizadas, inclusive, em momentos religiosos, ratificando que elas não se opunham às virtudes femininas.

## Referências

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social**: classe, gênero e identidade das roupas. Trad. Cristiana Coimbra. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

GONÇALES, Guilherme Domingues. **Mulheres engravatadas**: moda e comportamento no Brasil, 1851 – 1911. São Paulo: Intermeios, 2020.

HOLLANDER, Anne. **O sexo e as roupas** – a revolução do traje moderno. Trad. Alexandre Tort. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.